

IPASMI

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itumbiara — GO

Portal Institucional do RPPS · Documento Legal Público

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

[Ouvidoria](#) · [SIC](#) · [Fale Conosco / Contato](#) · [Navegação no Portal](#)

 [LGPD](#) · [Setor Público](#) · [RPPS](#) | [Versão 1.0](#) · 2026

Escopo desta Política

Aplica-se exclusivamente aos dados tratados pelos canais de Ouvidoria, SIC (Acesso à Informação), Fale Conosco e aos dados de navegação no portal do IPASMI. Dados cadastrais, funcionais, financeiros, de saúde e de dependentes dos segurados são tratados na Política de Privacidade Geral do RPPS (Declaração de Ciência sobre Tratamento de Dados Pessoais — IPASMI).

Vigência	Atualização	Versão	DPO Designado
2026	29/07/2026	1.0	Sim (art. 41, §1º, LGPD)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 50, I — LGPD (Lei 13.709/2018) · Art. 3º, XVII — Lei 14.129/2021 · Lei 13.460/2017 · Lei 12.965/2014 · Art. 133 da LC 46/2005

Diploma Normativo	Objeto
Art. 50, I — LGPD (Lei 13.709/2018)	Obrigação de publicar política de privacidade acessível ao titular, descrevendo as operações de tratamento realizadas em cada canal digital.
Art. 3º, XVII — Lei n� 14.129/2021	Lei do Governo Digital — impõe privacidade por padrão em todos os serviços públicos digitais, incluindo canais de atendimento, formulários de contato e navegação no portal.
Lei n� 13.460/2017	Código de Defesa do Usuário — disciplina a Ouvidoria e o formulário Fale Conosco, exigindo sigilo das manifestações, proteção � identidade do cidadão e prazo de resposta definido.
Lei n� 12.965/2014 — Marco Civil	Regula a coleta e guarda dos logs de acesso e navegação, fixando retenção mínima de 6 meses e proibindo qualquer uso que não seja segurança da informação.

Diploma Normativo	Objeto
Lei nº 12.527/2011 — LAI	Lei de Acesso à Informação — disciplina o SIC, exigindo atendimento no prazo de 20 dias e vedando exigência de motivação do pedido.
Art. 133 da LC 46/2005	Determina a publicação obrigatória de atos e expediente do IPASMI no Diário Oficial do Município, vedada a publicidade personalística.

1 Identificação do Controlador

Art. 5º, VI · Art. 9º, I — LGPD

O controlador dos dados pessoais tratados pelos canais de Ouvidoria, SIC, Fale Conosco e durante a navegação no portal é o IPASMI — Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itumbiara, autarquia municipal de direito público criada pela LC nº 46/2005, responsável pelas decisões sobre finalidade, meios e condições do tratamento.

Denominação	IPASMI — Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itumbiara / GO
Natureza jurídica	Autarquia Municipal de Direito Público — Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) — art. 1º da LC 46/2005
CNPJ	07.404.675/0001-45
Responsável legal	Presidente do IPASMI (art. 8º da LC 46/2005)
Endereço	Rua Paranaíba, nº 117, centro — Itumbiara / GO
Contato DPO	dpo@ipasmi.go.gov.br (64) 98146-0061 Seg–Sex, 07h às 13h

Separação de escopos

Esta política trata exclusivamente dos dados coletados pelos canais públicos de atendimento (Ouvidoria, SIC e Contato) e de navegação. Os dados previdenciários dos segurados são disciplinados na Política de Privacidade Geral do RPPS, disponível neste portal.

2 Canal de Ouvidoria

Art. 13, Lei 13.460/2017 · Art. 7º, II · Art. 6º, I — LGPD

A Ouvidoria do IPASMI recebe reclamações, sugestões, elogios, denúncias e pedidos de providência sobre os serviços previdenciários. O único dado pessoal coletado neste canal é o que o próprio manifestante escolhe fornecer para fins de identificação e resposta.

Dado coletado	Finalidade	Base legal (LGPD)	Obrigatório?	Retenção
Nome completo	Identificação do manifestante para resposta individual	Art. 7º, II — obrigação legal	Opcional *	5 anos
E-mail	Canal de entrega da resposta à manifestação	Art. 7º, II — obrigação legal	Para receber resposta	5 anos
Telefone	Contato adicional para esclarecimento	Art. 7º, II — obrigação legal	Opcional	5 anos
Conteúdo da manifestação	Análise, apuração e resposta ao caso relatado	Art. 7º, II — obrigação legal	Obrigatório	5 anos
Número de protocolo	Rastreamento e acompanhamento pelo manifestante	Art. 7º, II — obrigação legal	Automático	5 anos
Data e hora de envio	Controle dos prazos legais de resposta	Art. 7º, II — obrigação legal	Automático	5 anos

* A opção pelo anonimato é garantida. Manifestações anônimas serão apuradas, mas não poderão receber resposta individual.

Sigilo garantido por lei (art. 13, §2º, Lei 13.460/2017)

A identidade do manifestante identificado jamais será revelada ao setor ou à pessoa denunciada. O sigilo só pode ser quebrado por determinação judicial expressa.

- Prazo de resposta: até 30 dias corridos, prorrogáveis por mais 30 mediante justificativa fundamentada (art. 14, Lei 13.460/2017).
- Acesso restrito: somente o ouvidor e, quando estritamente necessário, a chefia competente e a assessoria jurídica do IPASMI (art. 7º da LC 46/2005) têm acesso ao conteúdo das manifestações identificadas.
- Sem uso secundário: os dados da Ouvidoria são utilizados exclusivamente para análise e resposta à manifestação. Não há cruzamento com dados previdenciários, cadastrais ou funcionais do manifestante.
- Retenção: manifestações e dados associados são mantidos por no mínimo 5 anos após o encerramento, conforme tabela de temporalidade da Administração Pública.

Base legal — setor público (Art. 23 — LGPD)

O tratamento realizado pela Ouvidoria fundamenta-se no cumprimento de obrigação legal (Lei 13.460/2017) e no exercício de política pública, dispensando o consentimento do titular nos termos dos arts. 7º, II e III da LGPD.

3 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Art. 9º e 10, Lei 12.527/2011 (LAI) · Art. 7º, II — LGPD

O SIC é o canal formal para pedidos de acesso à informação dirigidos ao IPASMI, nos termos da Lei de Acesso à Informação. O solicitante deve se identificar, mas o IPASMI não pode exigir que informe a motivação do pedido — e a identificação nunca será condição para o fornecimento de informação de divulgação obrigatória (art. 133 da LC 46/2005).

Dado coletado	Finalidade	Base legal	Retenção
Nome completo e CPF	Identificação formal do solicitante para resposta e eventual recurso	Art. 10, §1º — LAI · Art. 7º, II — LGPD	5 anos
E-mail ou endereço	Entrega da resposta ao pedido de acesso	Art. 10, §2º — LAI	5 anos
Conteúdo do pedido	Localização, análise e fornecimento da informação solicitada	Art. 7º, II — LGPD · LAI	5 anos
Protocolo, datas e prazos	Controle de prazos legais e tramitação de eventuais recursos	Art. 7º, II — LGPD	5 anos
Resposta emitida pelo RPPS	Comprovação do cumprimento da LAI e auditoria interna/externa (TCM-GO)	Art. 7º, II — LGPD	10 anos

- Prazo de resposta: 20 dias corridos, prorrogáveis por mais 10 com justificativa (art. 11, §2º, LAI). O descumprimento gera responsabilização do agente público.
- Vedação de exigência de motivação: o IPASMI não pode exigir nem coletar o motivo do pedido de acesso (art. 10, §3º, LAI). O campo "motivo" não existe no formulário do SIC.
- Recurso administrativo: em caso de negativa, o solicitante tem 10 dias para recorrer. Os dados do recurso são tratados com a mesma política desta seção.
- Confidencialidade da identidade: os dados de identificação do solicitante são de uso interno. Somente a informação fornecida como resposta pode ser tornada pública; nunca os dados pessoais de quem a solicitou.

Publicação anonimizada (LAI)

A LAI exige que dados agregados sobre pedidos de acesso — como número de protocolos, tema genérico e resultado (deferido/indeferido) — sejam publicados em relatórios estatísticos anuais, sempre de forma anonimizada, sem identificar o solicitante.

4 Política de Privacidade do Canal Fale Conosco / Formulário de Contato

Art. 7º, II e IX · Art. 6º, I, III e X · Art. 9º · Art. 46 — LGPD · Lei 13.460/2017

O canal "Fale Conosco" é um formulário eletrônico disponível no portal institucional do IPASMI que permite a qualquer cidadão, servidor ativo, aposentado, pensionista ou demais interessados enviar mensagens, dúvidas gerais, elogios ou pedidos de informação não formais ao RPPS Municipal.

Este canal não tem caráter formal e se distingue dos demais conforme o quadro abaixo:

Canal	Uso e distinção
✉ Fale Conosco	Dúvidas gerais, elogios e informações informais. Sem formalidade processual — resposta por e-mail. Esta seção — canal informal.
🗣 Ouvidoria	Reclamações, denúncias, sugestões e pedidos de providência. Canal formal com prazo legal de resposta e sigilo obrigatório. Ver seção 2 desta política.
📁 SIC — Acesso à Informação	Pedidos formais de acesso a documentos e informações institucionais. Regido pela LAI, com prazo e recurso definidos em lei. Ver seção 3 desta política.
🔒 DPO — Encarregado de Dados	Exercício de direitos do titular previstos na LGPD: acesso, correção, eliminação e demais. Canal direto com o Encarregado designado. Ver seção 7 desta política.

4.1 Dados pessoais coletados no formulário

O IPASMI adota o princípio da minimização de dados (art. 6º, III, LGPD), coletando apenas o estritamente necessário ao atendimento da mensagem enviada. Não são coletados dados cadastrais previdenciários, funcionais, financeiros, de saúde ou de dependentes por este canal.

Dado coletado	Obrigatório?	Finalidade	Base legal (LGPD)	Retenção
Nome completo	Opcional	Personalizar a resposta enviada pelo IPASMI	Art. 7º, IX — consentimento	2 anos
E-mail	Obrigatório	Canal de entrega da resposta à mensagem	Art. 7º, II — obrigação legal	2 anos
Telefone	Opcional	Contato complementar quando o assunto exigir	Art. 7º, IX — consentimento	2 anos
Assunto selecionado	Obrigatório	Encaminhar ao setor interno responsável	Art. 7º, II — obrigação legal	2 anos
Conteúdo da mensagem	Obrigatório	Análise e elaboração da resposta	Art. 7º, II — obrigação legal	2 anos
Data e hora do envio	Automático	Controle interno de atendimento e prazo	Art. 7º, II — obrigação legal	2 anos

Princípio da finalidade (Art. 6º, I — LGPD)

Os dados fornecidos pelo canal Fale Conosco são utilizados exclusivamente para responder à mensagem enviada. O IPASMI não utiliza esses dados para nenhuma outra finalidade — como atualização cadastral previdenciária, comunicações de marketing, perfil do usuário ou análise comportamental.

4.2 Finalidade e base legal do tratamento

Hipótese de tratamento	Base legal (LGPD)	Aplicação no canal
Cumprimento de obrigação legal	Art. 7º, II · Art. 23, I	Dever de prestar informações ao público sobre os serviços do RPPS (Lei 13.460/2017; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74; art. 133 da LC 46/2005)
Execução de política pública	Art. 7º, III · Art. 23, I	Atendimento ao cidadão como parte da gestão previdenciária municipal
Consentimento	Art. 7º, I · Art. 9º	Dados opcionais (nome e telefone): fornecidos voluntariamente, podendo ser omitidos sem prejuízo ao atendimento
Interesse legítimo	Art. 7º, IX	Registro de data/hora para controle de qualidade e eventual defesa em processo administrativo

4.3 Princípios da LGPD aplicados a este canal

- Finalidade (Art. 6º, I): tratamento realizado para propósitos legítimos, específicos e explícitos — exclusivamente o atendimento ao contato recebido.
- Adequação (Art. 6º, II): o tratamento é compatível com a finalidade informada ao titular no momento da coleta, sem desvio ou reutilização indevida.
- Necessidade e minimização (Art. 6º, III): somente os dados estritamente indispensáveis são solicitados. Dados opcionais são claramente identificados como tal.
- Livre acesso (Art. 6º, IV): o titular pode consultar a qualquer tempo os dados que forneceu, mediante solicitação ao DPO, gratuitamente.
- Qualidade dos dados (Art. 6º, V): o IPASMI mantém os dados exatos e atualizados apenas enquanto necessários ao atendimento, sem enriquecimento ou cruzamento com bases externas.
- Transparência (Art. 6º, VI): esta seção informa, de forma clara e acessível, todas as práticas de tratamento de dados do canal Fale Conosco.
- Segurança (Art. 6º, VII): medidas técnicas e administrativas protegem os dados contra acesso não autorizado, destruição ou extravio — detalhadas na seção 4.5.

- Não discriminação (Art. 6º, IX): o atendimento não poderá ser condicionado ao fornecimento de dados além dos estritamente necessários.
- Responsabilização e prestação de contas (Art. 6º, X): o IPASMI mantém registros do tratamento para demonstrar conformidade com a LGPD quando requerido.

4.4 Compartilhamento de dados

Os dados fornecidos pelo canal Fale Conosco têm circulação estritamente interna ao IPASMI. O RPPS não os transfere, cede, vende ou compartilha com terceiros, exceto nas hipóteses abaixo, todas amparadas em lei:

- Setores internos do IPASMI: a mensagem pode ser encaminhada ao setor competente (Diretoria Financeira, assessoria jurídica, Diretoria de Previdência) para elaborar a resposta — sempre dentro da estrutura do RPPS (arts. 6º a 10 da LC 46/2005) e com acesso restrito ao responsável.
- Poder Judiciário e Ministério Público: exclusivamente em cumprimento a ordens judiciais ou requisições legais formais devidamente identificadas.
- Prestadores de serviço tecnológico (operadores): empresas que mantêm a infraestrutura do portal atuam como operadores de dados sob instrução do IPASMI, vinculados a cláusulas de confidencialidade e conformidade com a LGPD (arts. 37 e 39, LGPD).

Vedação absoluta (art. 26 — LGPD)

O IPASMI não vende, não cede e não compartilha os dados do Fale Conosco para fins comerciais, publicitários, de perfilamento ou com quaisquer entidades não relacionadas ao atendimento da mensagem enviada.

4.5 Medidas de segurança da informação

Medida de segurança	Descrição	Base
Criptografia de transporte	Toda comunicação entre o navegador do usuário e o servidor do portal é protegida pelo protocolo TLS (HTTPS), impedindo a interceptação dos dados em trânsito.	Art. 46 LGPD
Controle de acesso por perfil	Somente os servidores do IPASMI designados para o atendimento têm acesso às mensagens. O acesso é registrado em log com data, hora e identidade do acessante.	Art. 46 LGPD
Armazenamento seguro	As mensagens e dados associados são armazenados em banco de dados com criptografia em repouso, em infraestrutura de nuvem com certificações de segurança.	Art. 46 LGPD
Notificação de incidentes	Em caso de incidente de segurança com risco ou dano ao titular, o IPASMI comunicará a ocorrência à ANPD e ao titular afetado, em prazo razoável.	Art. 48 LGPD

4.6 Retenção e descarte dos dados

Tipo de dado	Prazo de retenção	Fundamento	Forma de descarte
Mensagem e dados de identificação	2 anos após a resposta enviada	Art. 15, I e II — LGPD · Tabela de temporalidade	Eliminação segura com registro
Dados de atendimento com repercussão jurídica	Enquanto perdurar o processo + 5 anos	Art. 16, I — LGPD · CPC	Eliminação após decisão transitada
Dados opcionais não utilizados na resposta	Ao término do atendimento	Art. 6º, III — LGPD (minimização)	Eliminação imediata após encerramento

Encerramento do tratamento (Art. 15 — LGPD)

Findo o prazo de retenção, os dados serão eliminados de forma segura ou anonimizados, de modo que não seja mais possível identificar o titular, salvo quando a conservação for obrigatória por lei, regulamento ou determinação judicial (art. 16, LGPD).

4.7 Direitos do titular no canal Fale Conosco

Em relação especificamente aos dados fornecidos pelo canal Fale Conosco, o titular pode exercer os seguintes direitos junto ao DPO do IPASMI, de forma gratuita, com resposta em até 15 dias:

- Acesso (art. 18, I e II): solicitar a confirmação de que seus dados foram recebidos e obter cópia da mensagem e dos dados associados registrados no sistema.
- Correção (art. 18, III): solicitar a correção de dados incorretos fornecidos no formulário, como e-mail ou nome digitados com erro.
- Eliminação (art. 18, VI): solicitar a exclusão dos dados fornecidos voluntariamente (nome, telefone) a qualquer tempo, sem prejuízo ao atendimento. Dados de obrigação legal não podem ser eliminados antes do prazo.
- Revogação do consentimento (art. 18, IX): revogar o consentimento dado para os dados opcionais (nome e telefone) a qualquer momento, sem efeito retroativo.
- Informação sobre compartilhamento (art. 18, VII): solicitar a relação de entidades com quem o IPASMI eventualmente compartilhou os dados do contato.
- Reclamação à ANPD (art. 18, §1º): caso o IPASMI não atenda à solicitação no prazo legal, o titular pode registrar reclamação diretamente junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

4.8 Tratamento pelo setor público — disposições específicas

Por ser uma autarquia de direito público, o IPASMI trata os dados do canal Fale Conosco sob as regras específicas previstas nos arts. 23 a 30 da LGPD. As principais implicações são:

- Dispensa de consentimento para dados obrigatórios (art. 23, I): os dados necessários ao atendimento (e-mail, assunto e mensagem) são tratados com base em obrigação legal, independentemente de consentimento formal.
- Publicidade das informações (art. 23, §1º): o IPASMI deve divulgar as operações de tratamento que realiza — como faz por meio desta política —, mas jamais os dados pessoais fornecidos individualmente.
- Comunicação entre órgãos públicos (art. 26): caso o conteúdo da mensagem envolva competência de outro órgão público, o IPASMI pode compartilhar os dados para o encaminhamento correto, mediante comunicado ao titular.
- Responsabilidade do agente público (art. 23, II): o servidor designado para atendimento responde pessoalmente por qualquer uso indevido dos dados recebidos pelo canal Fale Conosco.

Este canal não aceita dados sensíveis (art. 11, LGPD)

O formulário Fale Conosco não é o canal adequado para o envio de informações de saúde, dados biométricos, informações sobre filiação religiosa ou política, dados genéticos ou quaisquer outros classificados como sensíveis pelo art. 5º, II da LGPD. Caso uma mensagem contenha dados sensíveis, eles serão descartados e o titular será orientado a utilizar o canal adequado.

4.9 Quadro comparativo — este canal não substitui a Ouvidoria nem o SIC

Situação do usuário	Canal correto
Dúvida sobre meu benefício ou situação cadastral	 Fale Conosco
Reclamação sobre atendimento ou irregularidade no RPPS	 Ouvidoria (seção 2)
Pedido formal de documentos, relatórios ou demonstrativos	 SIC (seção 3)
Solicitar acesso, correção ou eliminação dos meus dados pessoais	 DPO (seção 7)
Elogio, sugestão geral ou pergunta sobre funcionamento do RPPS	 Fale Conosco

5 Dados de Navegação no Portal

Art. 15, Lei 12.965/2014 · Art. 7º, IX · Art. 6º, III — LGPD

Durante o acesso ao portal do IPASMI, são coletados automaticamente dados técnicos para fins de segurança, desempenho e estatísticas agregadas. Nenhum dado de navegação é utilizado para fins comerciais, perfilamento comportamental ou compartilhamento com redes de publicidade.

Tipo de cookie / dado	Finalidade	Status	Retenção
 Logs de acesso (IP, data/hora, URL, navegador, SO)	Segurança e prevenção a ataques (DDoS, scraping)	Obrigatório por lei — art. 15, Marco Civil	6 meses
 Cookies de sessão	Manutenção de autenticação e preferências de acessibilidade (contraste, fonte). Expiram ao fechar o navegador.	Essencial — dispensam consentimento	Sessão
 Cookies analíticos	Estatísticas anônimas de uso (páginas mais visitadas, tempo médio, dispositivos). Dados anonimizados antes do processamento.	Requer consentimento — art. 7º, IX, LGPD	13 meses
 Cookies de terceiros / publicidade	Não utilizados — o portal não usa rastreamento de terceiros, pixels de publicidade ou scripts de redes sociais integradas.	NÃO UTILIZADOS	—

Como gerenciar cookies no seu navegador

Chrome: Configurações > Privacidade e segurança > Cookies. Firefox: Preferências > Privacidade e segurança. Safari: Preferências > Privacidade. Edge: Configurações > Privacidade, pesquisa e serviços. O bloqueio de cookies essenciais pode limitar funcionalidades, mas não impede o acesso às informações públicas do portal.

Dado de navegação	Finalidade	Base legal	Retenção	Compartilhado?
Endereço IP	Segurança e prevenção a ataques (DDoS, scraping)	Art. 15 — Marco Civil	6 meses	Não
Páginas visitadas e tempo de acesso	Estatísticas agregadas e anônimas de uso do portal	Art. 7º, IX — LGPD	13 meses (anon.)	Não
Tipo de dispositivo e navegador	Otimização de compatibilidade e desempenho	Art. 7º, IX — LGPD	13 meses (anon.)	Não
Preferências de acessibilidade	Manter configuração de contraste e tamanho de fonte	Art. 7º, II — LGPD	Sessão / 1 ano	Não
Dados via Ouvidoria / SIC / Contato	Tratados conforme as seções 2, 3 e 4 desta política	Ver seções 2, 3 e 4	Ver seções 2, 3 e 4	Não

6 Direitos do Titular nestes Canais

[Art. 18](#) · [Art. 19](#) · [Art. 20](#) — LGPD

Qualquer pessoa que utilize a Ouvidoria, o SIC, o formulário de Contato ou que navegue no portal possui os seguintes direitos em relação aos seus dados pessoais. O exercício é gratuito e deve ser direcionado ao DPO do IPASMI, com resposta em até 15 dias.

Direito	O que garante	Base legal
Acesso	Confirmar e visualizar os dados pessoais fornecidos nas manifestações, pedidos de acesso, formulário de contato ou gerados na navegação.	Art. 18, I e II
Correção	Solicitar correção de dados incorretos ou desatualizados registrados na Ouvidoria, no SIC ou no formulário de contato.	Art. 18, III
Eliminação	Pedir eliminação de dados tratados com base no consentimento (ex.: cookies analíticos). Dados de obrigação legal não podem ser eliminados antes do prazo.	Art. 18, VI
Informação	Saber com quais entidades o IPASMI compartilhou seus dados e a justificativa para cada compartilhamento.	Art. 18, VII
Revogação de consentimento	Revogar o consentimento para cookies analíticos a qualquer momento, sem prejuízo às interações já realizadas.	Art. 18, IX
Reclamação à ANPD	Registrar reclamação perante a ANPD caso o IPASMI não atenda adequadamente ao pedido do titular.	Art. 18, §1º

Limitação no setor público (Art. 16 — LGPD)

Dados tratados com base em obrigação legal — como logs de segurança, registros do SIC e dados da Ouvidoria — não podem ser eliminados antes do prazo legal de guarda, mesmo que o titular solicite. O IPASMI informará os motivos por escrito em até 15 dias da solicitação.

7 Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO)

[Art. 41](#) · [Art. 41, §1º](#) — LGPD · [Portaria MTP 1.467/2022](#)

O IPASMI designou formalmente um Encarregado (DPO) para receber solicitações, esclarecer dúvidas e servir de canal entre os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A identificação e o contato do DPO são de publicação obrigatória (art. 41, §1º, LGPD).

 Nome e designação	Julielle Silva Borges — designado pela Portaria nº 092/2026 do IPASMI
 E-mail	dpo@ipasmi.go.gov.br
 Telefone	(64) 98146-0061 · Seg–Sex, 07h às 13h
 Endereço	Rua Paranaíba, nº 117 — Itumbiara / GO

8 Vigência e Atualizações

Art. 8º, §6º — LGPD

Esta política aplica-se exclusivamente ao tratamento de dados pessoais realizado pelos canais de Ouvidoria, SIC, Fale Conosco e durante a navegação no portal do IPASMI. Para dados de segurados e processos previdenciários, consulte a Política de Privacidade Geral do RPPS (Declaração de Ciência sobre Tratamento de Dados Pessoais — IPASMI), disponível neste portal.

Versão 1.0 — Publicada em 2026. Esta é a versão inicial da Política de Privacidade dos canais públicos de atendimento do IPASMI. Alterações relevantes serão comunicadas no portal institucional e publicadas no Diário Oficial do Município (art. 133 da LC 46/2005) antes de entrarem em vigor.

IPASMI — Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itumbiara / GO

Política de Privacidade — Ouvidoria, SIC, Contato e Navegação · v1.0 · 2026

Fundamentação: Art. 50, I, LGPD (Lei 13.709/2018) · Art. 3º, XVII, Lei 14.129/2021 · Lei 13.460/2017 · Lei 12.527/2011 (LAI) · Lei 12.965/2014 (Marco Civil) · Art. 133 da LC 46/2005